



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
Justiça de Segunda Instância

**RESPOSTA A QUESTIONAMENTO - 4**

**PROCESSO Nº 1.552/2013**

**LICITAÇÃO Nº 128/2013**

**MODALIDADE: Pregão Eletrônico**

**OBJETO: Contratação de empresa especializada, para implantação de Solução Integrada de Gerenciamento de Portfólio e Projetos (PPM) do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.**

**ESCLARECIMENTO SOLICITADO POR: DELOITTE TOUCHE TOHMATSU**

**PERGUNTA:**

1. Entendemos que em razão da possibilidade de participação de empresas em consórcio, o credenciamento para acesso ao sistema eletrônico licitações-e junto ao Banco do Brasil poderá ser feito por qualquer uma das empresas consorciadas. Está correto nosso entendimento?

**RESPOSTA DA COALI:**

O entendimento não está correto. Considerando a alínea “a” do subitem 8.3.1.1 do Edital, caberá à empresa líder do consórcio o credenciamento no portal “[licitacoes-e.com.br](http://licitacoes-e.com.br)”, uma vez que a ela compete a representação do consórcio em todas as fases da licitação:

**8.3.1.1. APENAS PARA AS EMPRESAS CONSORCIADAS:** No caso de participação em consórcio, as empresas consorciadas deverão apresentar instrumento público ou particular de Compromisso de Constituição de Consórcio, subscrito por ambas, na forma da legislação aplicável, do qual deverão constar os requisitos do art. 279 da Lei nº 6.404/76 e ainda:

a) indicação da empresa líder, que detenha a maior participação no Consórcio, sendo a responsável principal perante o Tribunal, e que deverá ter poderes expressos para representar o Consórcio em todas as fases do procedimento licitatório e da execução contratual, podendo inclusive, interpor e desistir de recursos, firmar contrato e praticar todos os atos necessários à fiel e perfeita execução do objeto do Contrato, até o término de sua vigência;

Em 15.01.2014